



Direito e Acesso à Água

Municípios de Longonjo, Gambos e Humpata

TÍTULO: DIREITO E ACESSO À ÁGUA**AUTOR:**

ADRA | Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
Telefone: +244 222 396 693 | 222 722 620
E-mail: administracao@adra-angola
www.adra-angola.org
www.facebook.com/adrangola

COORDENAÇÃO GERAL

Carlos Cambuta

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Cidália Gomes
Simione Chiculo

CONSULTOR

Américo Fernando

EQUIPA DE REDAÇÃO

Américo Fernando
Emília Carla Lima
Gonçalo Teixeira

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Cecílio Elindo
Eurico Domingos
José Maria Katiavala
Miquilina Gertudes Boa Ventura
Pascoal Lopes

REVISÃO GERAL

Carlos Cambuta
José Maria Katiavala

DEPÓSITO LEGAL

nº 12379/2023

EXECUÇÃO GRÁFICA

João Ventura André

TIRAGEM

LISTA DE SIGLAS

ADRA	- Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
BM	- Bombas Manuais
CRA	- Constituição da República de Angola
ETA	- Estação de Tratamento de Água
MINEA	- Ministério da Energia e Águas
INE	- Instituto Nacional de Estatística
ONG	- Organização não Governamental
OSC	- Organizações da Sociedade Civil
ODS	- Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OPSA	- Observatório Político e Social
PAT	- Programa Água para Todos
PS	- Pequenos Sistemas
PDN	- Plano de Desenvolvimento Nacional
TDR	- Termos de Referência
PA	- Pontos de água
PSA	- Pequenos Sistemas de Água



RESUMO EXECUTIVO

A água é um bem essencial com múltiplos fins e a sua falta ou escassez torna impossível a vida humana e de outros seres.

O presente estudo foi realizado de 26 de Julho a 6 de Agosto de 2021, nos municípios do Longonjo, província do Huambo, nos Gambos e Humpata na província da Huíla. O mesmo visou; Fazer um mapeamento sobre as práticas locais de acesso à água nas comunidades de implementação do projecto; •Identificar as razões do fraco acesso a água por parte das comunidades nos municípios do Longonjo, Gambos e Humpata; Definir linhas de trabalho para intervenções futuras voltadas para o direito e acesso à água.

Os dados do estudo mostram que nos três municípios as principais práticas de acesso à água são as fontes naturais desprotegidas como nascentes, riachos, rios, chimpacas e as fontes construídas e protegidas, nomeadamente cacimbas, represas, cisternas calçadão e manivelas. Cerca de 60% das famílias entrevistadas têm acesso a água a partir de fontes desprotegidas. Em termos de localização, as fontes de água nos três municípios ficam distantes das zonas de residência das populações o que faz com que elas percorram alguma distância e levem muito tempo, 1 hora em média, para acarretar água com destaque para as mulheres e crianças a quem recai a tarefa de trazer a água para casa.

O estudo apresenta como principais causas do fraco acesso a água nas comunidades estudadas, deve-se ao facto

de haver pouco investimento no sector da água no meio rural. Os poucos investimentos feitos estão concentrados nas sedes municipais e das comunas, a inoperância de alguns sistemas montados e aliado a isso, está a seca que assola a região sul nos últimos anos e consequente baixa dos níveis de água no solo e a fraca protecção das nascentes naturais.

O estudo revela igualmente que nas diferentes aldeias dos três municípios, 64% das pessoas não trata a água que consome o que faz com que surjam muitas doenças diarreicas.

No que diz respeito as razões do fraco acesso a água decorrem do longo período de seca que se verifica na região sul o que fez com que as principais fontes como cacimbas, chimpacas, e nascentes e rios secassem, colocando as pessoas e animais com realce para o gado, estejam dependentes dos apoios e da solidariedade de pessoas de boa vontade e das ajudas institucionais.

Face aos resultados do estudo constituem linhas de trabalho o aumento da construção de pequenos sistemas de água que se adaptam ao contexto das comunidades, envolver as comunidades beneficiárias na identificação, montagem e construção dos sistemas de água e sua gestão para assegurar que estes assumam o cuidado dos equipamentos colocados a sua disposição.

Identificar actores com experiência para fazer a prospecção e escavação dos furos de água, criar um programa de manutenção dos equipamentos instalados e a capacitação dos usuários, criar grupos de gestão de água funcionais

e serem acompanhados por uma entidade da sociedade civil e com experiência no sector. Incentivar a população na observância das práticas de tratamento da água para reduzir o índice elevado de patologias decorrentes do consumo da água não tratada.

Angola é detentora de várias bacias hidrográficas, mas a maior parte dos seus habitantes continua a viver imensas dificuldades de acesso a água para o consumo humano. Por outro lado, as alterações climáticas e ausência, de uma política justa e equitativa de água, transformada em projectos estruturantes e de longo prazo que possam responder a demanda populacional que cresceu de modo exponencial fazem com que o direito à água ainda não se efective para todos os cidadãos no meio rural e urbano.

O problema de Angola não é a falta de água, mas a falta de uma estratégia clara e funcional de gestão e distribuição da água. Garantir o acesso à água é um imperativo constitucional e deve transformar-se em programa de governação assegurando a disponibilidade dos serviços básicos ou essenciais aos cidadãos.



Índice

RESUMO EXECUTIVO	5
I. INTRODUÇÃO	13
Contextualização.....	13
Objectivos do Estudo	19
Metodologia.....	20
Amostra.....	20
Técnicas de Recolha e Tratamento de Dados	24
II. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
2.1. Província do Huambo.....	27
2.1.1. Acesso a água no município de Longonjo	28
2.1.2. Principais fontes de abastecimento de água	34
2.1.3. Gestão comunitária de sistemas de água	37
2.2. Província da Huila	42
2.2.1. Acesso a água no município dos Gambos	46
2.2.2. Principais fontes de abastecimento de água	49
2.2.3. Gestão Comunitária de Sistema de água	52
2.2.4. Género e participação da mulher	54
2.3.1. Acesso a água no município da Humpata.....	56
2.3.2. Principais fontes de abastecimento de água	60
2.3.3. Gestão comunitária de sistemas de água.....	63
2.3.4. Género e participação da mulher	65
Conclusões e Recomendações	67
Conclusões.....	67
Recomendações	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

Tabela nº 1– Distribuição da amostra efectiva do estudo.....	24
Tabela nº 2- Sistemas de água no município de Longonjo	29
Tabela nº 3 – Número de aldeias, beneficiários e Associações do Município do Longonjo	33
Tabela nº 4 - Principal fonte de água no município de Longonjo.....	34
Tabela nº 5-Tempo que leva para acarretar água para o consumo de casa no município de Longonjo.....	35
Tabela nº 6-Formas de tratamento de água no município de Longonjo.....	36
Tabela nº 7- Fontes de captação de água para irrigação no município de Longonjo.....	37
Tabela nº 8 -Quem acarreta água no município de Longonjo.....	41
Tabela nº 9- Sistemas de água no município dos Gambos.....	47
Tabela nº 10 – Número de beneficiários município dos Gambos.....	48
Tabela nº 11- Principal fonte de abastecimento de água da sua família no município dos Gambos	49
Tabela nº 12 - Qualidade da água no município dos Gambos.....	51
Tabela nº 13 – Nº de casos de diarreia registados nos últimos 6 meses no município dos Gambos	51
Tabela nº 14- Fontes de água para irrigação no município dos Gambos	52
Tabela nº 15- Sexo e organização local a que pertence no município dos Gambos.....	54

Tabela nº 16 - Quem acarreta a água para casa no município dos Gambos.....	55
Tabela nº 17 - Número de beneficiários município da Humpata.....	57
Tabela nº 18– Pontosde água no município da Humpata	58
Tabela nº 19- Principal fonte de abastimento de água para as famílias no município da Humpata	60
Tabela nº 20 - Fontes de captação de água para irrigação município da Humpata.....	63
Gráfico n.º 1 – Nível de Escolaridade.....	31
Gráfico n.º 2 – Nº de casos de Diarreia.....	26
Gráfico n.º 3 – Níveis de Ensino.....	66
Gráfico n.º 4 – Qualidade da água	61
Gráfico n.º 5 – Nº de casos de Diarreia.....	62
Gráfico n.º 6 – Tarefa de ir a busca de água	66

I. INTRODUÇÃO

Contextualização

O acesso a água e ao saneamento básico constituem direitos humanos fundamentais para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, como consagra a Resolução das Nações Unidas 64/292 de 28 de Julho de 2010. A Estratégia de Desenvolvimento Angola 2025, atribui prioridade ao acesso universal à água com qualidade para o consumo humano, bem como a uma gestão adequada dos seus múltiplos usos como factor de produção em quase todas as actividades económicas estabelecendo, como objectivos gerais:

“Assegurar que a utilização dos recursos hídricos nacionais se processa de forma adequada, garantindo um desenvolvimento económico e social sustentado e a preservação do ambiente”.

“Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento básico para todos” destaca-se como sendo o 6º objectivo da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. As metas associadas a este objectivo preconizam o acesso universal e equitativo à água potável, a melhoria da qualidade da água, reduzindo a poluição e aumentando a reciclagem e a reutilização, a utilização eficiente da água, a gestão integrada dos recursos hídricos, a protecção e recuperação dos ecossistemas relacionados com

a água (florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos) e a cooperação internacional na gestão das águas.

Os dados oficiais do Censo de 2014 indicam que, em Angola, somente 44% da população tem acesso a água potável e o PDN 2018-2022 considera que «a grande carga de doenças transmissíveis e o incremento gradual das doenças crónicas não transmissíveis, como consequência da deficiente higiene, saneamento básico e água potável para consumo humano, (...) constituem as principais causas de mortalidade, sobretudo nos grupos mais vulneráveis, e tem contribuído para a mortalidade prematura no País»¹.

Em 2016, foi dado um passo importante no sector, com a criação do Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e do Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais (IRSEA). Estando sob a tutela do MINEA, o Instituto exerce competências ao nível da regulação de actividades de captação, tratamento, transporte e distribuição de água e de recolha, tratamento e descarga de águas residuais.

Com a Lei da Assembleia Nacional nº 6/02, de 21 de Junho, Angola deu um importante passo com a publicação da Lei de Águas², que revogou todos os regulamentos e disposições contrárias à nova lei, designadamente diversas disposições do Código Civil e a Lei de Águas do Ultramar. A Lei aplica-se às águas interiores (superficiais e subterrâneas) e contém oitenta artigos distribuídos por seis capítulos: I) Disposições gerais; II) Princípios gerais de gestão de águas; III) Utilização geral da água; IV) Protecção das águas; V) Infracções e VI) Disposições

¹ Cartilha analítica do OGE 2018 pela ADRA e o UNICEF

² Lei da Assembleia Nacional nº 6/02, de 21 de Junho

finais e transitórias; a que se junta um anexo com definições dos conceitos utilizados³.

O Artigo 5º da referida lei, sugere que “as águas enquanto recurso natural são propriedade do Estado e constituem parte do domínio público hídrico, sendo um direito inalienável e imprescritível”. O alcance político e social deste princípio ganha contornos mais precisos no capítulo referente à “utilização geral da água”, nomeadamente com a “classificação de usos” (artigo 22º) em comuns e privativos. Os primeiros são gratuitos e livres quando “visam satisfazer necessidades domésticas, pessoais e familiares (...), incluindo abeberamento do gado e irrigação”, desde que não sejam para fins comerciais (artigo 23º). Os usos privativos só podem ser utilizados mediante licença ou concessão (artigo 24º) e são sempre preteridos quando põem em causa usos comuns, uma vez que “o abastecimento de água à população, para consumo humano e satisfação das necessidades sanitárias, tem prioridade sobre os demais usos privativos” (artigo 33º).⁴ O mesmo artigo estipula que conflitos decorrentes de falta de água para satisfazer objectivos distintos serão ponderados em função da “rentabilidade socioeconómica e impacto ambiental dos respectivos usos”. À instituição responsável pela gestão dos recursos hídricos, ao nível de bacia, compete estabelecer as prioridades de uso⁵.

Como se pode perceber o acesso a água continua a ser um desafio para o país pois existem muitos angolanos que

³ Álvaro Pereira, « Água em Angola: a insustentável fraqueza do sistema institucional », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 8 | 2011, posto online no dia 13 Dezembro 2013, consultado no dia 16 Agosto 2019. URL : <http://journals.openedition.org/ras/519> ; DOI : 10.4000/ras.519

⁴ Ibidem

⁵ PEREIRA, Álvaro, 2010: *A Governação da Água em Angola. Riscos e oportunidades. ITECS 35*, Lisboa: LNEC

não conseguem usufruir deste direito formalmente expresso na legislação.

A carência de infra-estruturas e serviços no domínio do abastecimento de água potável é ainda muito acentuada ao nível das zonas rurais do País, apesar dos investimentos feitos no âmbito do Programa Água para Todos, lançado em Julho de 2007. Entretanto, verifica-se que há uma parte dos equipamentos construídos não estão a funcionar, sendo necessário considerar a sua recuperação. O referido programa permitiu a construção de 3.313 Pontos de Água e 1.154 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água, aos quais acrescem 338 pequenos sistemas que existiam à data de arranque do programa; no momento, a taxa de operacionalidade dos sistemas construídos é de 60 %, pelo que se considera que, actualmente, 60 % dos sistemas (sejam pontos ou pequenos sistemas de abastecimento de água) estão em funcionamento, sendo necessário recuperar cerca de 40 %⁶.

O Ministério da Energia e Águas (MINEA) é o departamento ministerial com responsabilidades na execução da Política da Água e Saneamento, articulando-se em particular com o Ministério da Cultura Turismo e Ambiente (MINCUTA), mas também com o Ministério da Construção e Obras Públicas e Ordenamento do Território, entre outros departamentos ministeriais, e com os Órgãos da Administração Local do Estado.

A execução do *Programa* de Expansão do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais, é o instrumento através do qual o Executivo Angolano

6 PDN 2018-2022

procura dar resposta ao desafio “do Abastecimento de Água nas Áreas Urbanas, Sedes de Município e Áreas Rurais”, através do reforço do abastecimento de água potável, nomeadamente nas zonas rurais, incorporando a continuação do Programa Água para Todos. O mesmo definiu como objectivos, Expandir o abastecimento de água nas áreas urbanas, sedes de município e áreas rurais de forma a aumentar a cobertura actual do serviço; Melhorar a capacidade de gestão operacional e recuperação dos sistemas de abastecimento de água edificadas no âmbito do Programa Água para Todos, visando otimizar o impacto dos investimentos já realizados.

Algumas metas fixadas para este programa. Passam pelo aumento da cobertura de abastecimento de água nas áreas urbanas (Sedes Capitais de província, Sedes Municipais e Sedes Comunsais mais populosas) de 60% em 2017 para 85% em 2022;

Aumento da produção de água potável nas sedes provinciais e municipais de 0,8 milhões de m³/dia em 2017 para 1,8 milhões de m³/dia, até 2022; e a taxa de cobertura de abastecimento de água nas áreas rurais passa de 66% em 2017 para 76% em 2022.

Neste âmbito o programa definiu como acções prioritárias: Assegurar o abastecimento de água à cidade de Luanda e sedes provinciais; Efectuar o abastecimento de água às sedes de municípios, sedes comunais e áreas rurais

bem como o reforço da operacionalidade dos sistemas de abastecimento de água construídos.

Do ponto de investimento e política pública estes programas são bons e devem ser replicados, porém o quotidiano do cidadão e em particular nas províncias da Huíla e Cunene, constata-se que decorridos cinco ou seis anos de implementação, continua a haver muita gente sem aceder a água potável para o consumo, por conta da falta de funcionalidade regular de alguns equipamentos instalados. o que significa que há necessidade de o estado reavaliar a sua estratégia de actuação neste sector, avaliar com realismo e de modo imparcial os programas existentes, tirar as lições e corrigir os erros para que os recursos que aplica resultem em evidências de impacto na vida dos consumidores.

Este estudo foi produzido no âmbito do projecto Direito e acesso à Água, que está a ser implementado pela ADRA-Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente nos municípios dos Gambos e Humpata na província da Huíla e no município do Longonjo na província do Huambo, que visa fortalecer a capacidade das associações de produtores locais de exigir o seu direito à água, numa perspectiva de direitos Humanos e igualdade de género com financiamento do FÓRUM SYD Civ e a Solidariedade Prática da Suécia.

O referido projecto, prevê os seguintes objectivos específicos:

⇒ O.E 1 – A equipe da ADRA tem capacidade para trabalhar com os direitos e questões da água, fortalecer

as associações, promover a justiça de género e desenvolver estratégias de advocacia;

⇒ O.E 2 – As associações no Huambo e Huíla melhoram as suas capacidades organizacionais e de gestão, trabalham com direitos e questões da água, promovem a justiça de género e desenvolvem estratégias de advocacia;

⇒ O.E 3 – Os membros das associações conhecem bem os seus direitos à água e têm melhor acesso a eles;

⇒ O.E 4 – As autoridades locais estão activamente envolvidas na melhoria do acesso à água nas áreas de implementação do projecto.

Neste segundo ano de execução, já foram realizadas várias acções desde formações reparação e construção dos furos de água com manivelas, tanques, represas entre outros para apoiar as comunidades com dificuldades de falta de água.

Objectivos do Estudo

- ❖ Fazer um mapeamento sobre as práticas locais de acesso à água nas comunidades de implementação do projecto; •
- ❖ Identificar as razões do fraco acesso a água por parte das comunidades nos municípios do Longonjo, Gambos e Humpata;
- ❖ Definir linhas de trabalho para intervenções futuras voltadas para o direito e acesso à água.

Metodologia

Para a concretização dos objectivos acima enunciados, adoptou-se um conjunto de procedimentos racionais e operacionais designadamente o tipo de estudo, local, amostra, instrumentos utilizados na recolha e tratamento de dados.

Trata-se de um estudo de caso e para a recolha de dados fez-se recurso a uma abordagem quanti-qualitativa.

Amostra

O projecto acesso e direito a água, implementado pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) nos municípios de Longonjo (Huambo), Gambos e Humpata (Huíla), conta com 1.921 beneficiários, dos quais 1.281 no município de Longonjo, 160 no município dos Gambos e 480 no município da Humpata. O estudo em referência extraiu do universo de beneficiários uma amostra representativa de tipo intencional contendo 422 elementos cujos critérios de inclusão foram os seguintes:

- ✓ Ser beneficiário directo do projecto acesso e direito a água nos municípios de Longonjo, Gambos e Humpata.
- ✓ Ser membro de associação e/ou cooperativa constituída pela comunidade com o apoio técnico da ADRA no âmbito das intervenções comunitárias.
- ✓ Ocupar uma posição de liderança junto das comunidades.

- ✓ Ser funcionário da administração dos municípios onde o projecto está a ser implementado e conhecer o sector das águas.
- ✓ Ser funcionário do sector das águas ao nível da província do Huambo ou da Huíla.

Com base nos critérios supracitados, foi idealizado uma amostra de 258 pessoas, repartidos em 82 pessoas para cada município, incluindo famílias, líderes comunitários, mulheres, administradores municipais, responsável pelo sector de água no município e na província e técnicos da ADRA. Durante a realização do estudo envolveu-se um total de 422 pessoas, conforme ilustra a tabela nº1 sobre a distribuição da amostra efectiva.

Tabela nº 1– Distribuição da amostra efectiva do estudo

Província	Nº de técnicos da província	Município	Nº de Técnicos do município	Nº de famílias	Nº de membro do grupo focal		Total
					Mulheres	Líderes Comum.	
Huambo	1	Longonjo	2	71	68	32	174
Huila	0	Gambos	2	61	48	11	122
		Humpata	2	64	38	22	126
Total	1		6	196	154	65	422

Apesar de, *a priori*, fazer-se uma selecção equitativa da amostra, num total de **258** pessoas entre homens, mulheres, responsáveis e técnicos o que significa que em cada município foi seleccionado um grupo representativo. Entretanto, no terreno registou-se realidades diferentes que influenciaram no aumento da amostra por município, essas realidades foram as seguintes:

Por dificuldades de agendamento não foi possível entrevistar um técnico sénior da Direcção Provincial de Água da Huíla.

- ✓ Fraca participação das famílias no município dos Gambos cuja razão está relacionada por um lado com a dispersão habitacional entre as famílias e por outro lado com a migração de muitas famílias a procura de água e zona de pasto.
- ✓ Número excessivo de membros da comunidade nos encontros realizados no município de Longonjo, tendo sido decidido a não exclusão de nenhum membro no estudo.

No que diz respeito as entrevistas familiares, participaram 108 mulheres perfazendo 55% e 88 homens representando 45%. A faixa etária vai dos 20 aos 75 anos de idade, cuja composição familiar teve em média 9 pessoas em cada família.

Para a materialização dos objectivos do estudo em causa, adoptou-se por um conjunto de procedimentos racionais e operacionais, nomeadamente o tipo de estudo, local, amostra de estudo e critérios de escolha, instrumentos utilizados e

técnicas de processamento dos dados. O processo de recolha de dados junto dos grupos seleccionados foi realizado por meio da aplicação de guião de entrevistas.

Técnicas de Recolha e Tratamento de Dados

Para a recolha de dados recorreu-se a uma abordagem metodológica combinada, com predominância quantitativa, consubstanciada na aplicação de questionários individuais aos membros das associações e cooperativas, entrevistas semi-estruturadas aos líderes comunitários, responsáveis/Administradores municipais e Grupo Focal com mulheres/jovens.

Em termos práticos foram aplicados inquéritos individuais aos membros das associações, entrevista por grupo focal às mulheres com uma composição de 10 a 12 pessoas cada um e entrevistas aos líderes comunitários, às individualidades a nível municipal e provincial.

Foram igualmente usadas a consulta documental e bibliográfica e para a análise dos dados recorreu-se a análise de conteúdo e para o tratamento da informação fez-se recurso às ferramentas digitais, designadamente o Excel e SPSS respectivamente.



II. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.1. Província do Huambo

A província em referência localiza-se no centro de Angola, está limitada a norte pela província do Cuanza Sul, a sul com a província da Huíla, a oeste com a província de Benguela e a leste com a província do Bié. Constituída por 11 municípios (Huambo, Tchikala-Tcholohanga, Catchiungo, Bailundo, Caála, Ecunha, Ukuma, Longonjo, Mungo, Londuimbale e Tchinnenje), a província tem o município do Huambo como capital, albergando toda estrutura político-administrativa de nível provincial, bem como a maioria da população da província. (35%).

Os dados constante no relatório de projecção da população 2014-2050, publicado pelo INE em 2016, indicam que residem na província do Huambo 2 557 008 habitantes dos quais 1 227 190 homens e 1.329 818 mulheres numa extensão territorial de 2609 km². A composição etária por número de habitantes da província no presente ano é a seguinte: a população dos 0 aos 14 anos de idade representam 50% (1 265 958 pessoas), dos 15 aos 64 anos de idade representam 48% (1 230 017 pessoas) e a população com idade igual ou superior a 65 anos representa 2% (61 033 habitantes).

A governação local do Estado é assegurada pelos órgãos desconcentrados da administração pública central, composto por órgãos colegiais como o Governo da província, Administração Municipal e Administração Comunal, e órgãos singulares Governador Provincial, Administrador Municipal

e Administrador Comunal, cada um com atribuições e competências específicas nos diferentes domínios da governação.

A província do Huambo é detentora de vários recursos hídricos que rasgam os seus solos, nomeadamente o rio Okulimahãla, rio Keve, Ngove, entre outros e os vários riachos e nascentes. O seu lençol freático permite que em determinadas zonas sejam criadas cacimbas como fontes de acesso a água. Entretanto, a situação das alterações climáticas nos últimos anos faz com que baixe o caudal de muitas destas fontes e outras acabam por secar o que tem implicações no acesso e consumo de água pelas populações.

Por isso, apesar de ser um fenómeno natural é necessário que se criem mecanismos de protecção de algumas fontes para que a médio e longo prazo não desapareçam.

2.1.1. Acesso a água no município de Longonjo

O município de Longonjo integra administrativamente a província do Huambo e dista 56 km da capital da província, possui uma população estimada em 116 609 habitantes sendo 60 881 mulheres e 55 728 homens. (INE, 2016, p. 57) O Município é constituído por 4 comunas nomeadamente Longonjo-sede, Lépi, Catabola e Chilata, fazendo fronteiras com os municípios de E Cunha a Norte, Caconda a sul (província da Huila), Ucuma e Ganda a Oeste (província de Benguela) e o município da Caála a leste.

Ao nível do município funciona a Direcção Municipal de energia e águas, enquanto órgão desconcentrado da

administração municipal, responsável pelos sectores de energia e água. Compete a esta Direcção as seguintes atribuições:

- ✓ Gerir os sistemas de água instalados no município.
- ✓ Assegurar a reparação de sistemas de água.
- ✓ Contratar empresas especializadas na reparação de sistemas de água.
- ✓ Acompanhar as empreitadas adjudicadas a empresas contratadas pelo município para intervir no sector das águas.
- ✓ Criar os comités de água e saneamento nas comunidades.

Segundo autoridades politico-administrativas locais responsáveis pelo sector das águas, o município de Longonjo apresenta muitas deficiências no acesso a água porque a maioria da população não beneficia de água provenientes de fontes protegidas, no entanto apenas existe uma cobertura considerável na sede municipal abrangendo cerca de 80% das famílias, cuja distribuição do precioso líquido é completamente gratuita.

Tabela nº 2- Sistemas de água no município de Longonjo

Sistemas	Quantidade	E funcionamento ^m	Avariado
Chafariz público	12	Sem dados	Sem dados
Furos a manivela	29	Sem dados	Sem dados

A direcção responsável pelo sector de águas no município de Longonjo, afirma que existem 12 chafariz públicos e 29 furos a



manivela para assegurar o acesso a água as populações, não nos foi informado o número de sistemas avariados e em funcionamento, sabe-se apenas que muitos sistemas não funcionam por razões diversas, tais como: deficit de manutenção, dificuldades para aquisição de peças e

equipamentos, fraca capacidade técnica de gestão do sistema, ausência de recursos correntes para responder as necessidades de consumo de água das famílias.

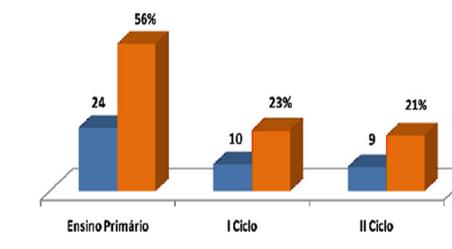
O sistema de água que alimenta a sede do município é gerido pela Direcção Municipal das águas, com o apoio técnico da Empresa Provincial de Energia e Água, o acesso ao precioso líquido proveniente deste sistema é fornecido aos munícipes de forma gratuita. O referido sistema é dependente de uma nascente que dista a 2,5 km da sede do município. A direcção municipal de águas salienta que nos últimos dois anos foram feitos investimentos na criação de 29 manivelas e aquisição de 10 moto cisternas, não tendo sido adiantado o valor destes investimentos.

Segundo as autoridades administrativas do município, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza, foram construídos 3 furos de água e foi igualmente reabilitado

a estação de captação de água, localizado na comuna do Lepi. Sob a responsabilidade da ADRA e das Comunidades da Canana e Cambula foram feitos investimentos no domínio da protecção de uma das duas nascentes e a colocação de uma manivela na aldeia de Cativa cuja perspectiva é garantir que as famílias beneficiem de água proveniente destas fontes e colmatar o défice de falta de água.

Para o ano de 2022 a administração Municipal do Longonjo perspectiva a reabilitação de mais sistemas de água e a criação de mais furos a manivela, apesar de não ter especificado em termos financeiros a quantidade de investimentos, nem apresentar o mapa de investimentos públicos do sector de águas no município de Longonjo.

Não existe, ao nível da estrutura administrativa responsável do município pelo sector de águas, capacidade material e humana para realização de estudos de avaliação do nível do lençol freático, para isso é adquirido os serviços de empresas sedeadas na capital da província com maior destaque para a Empresa Pública de Águas e Electricidade do Huambo. Ao nível do município em análise foram entrevistados um total de 71 pessoas, dos quais 29 do sexo masculino e 42 do sexo feminino todos residentes nas comunas da Chilata, especificamente nas aldeias de Bomba, Canana, Gongo, o mero total de entrevistados possuem a capacidade de



leitura e de escrita por terem frequentado a escola em diferentes níveis de ensino conforme consta no gráfico nº 1:

Todas as pessoas das comunidades dedicam-se a actividade agrícola e por esta razão identificou que 44% dos entrevistados pertencem as cooperativas, 34% em associações de camponeses e 11% são membros da escola de campo enquanto espaço comunitário de aprendizagem de práticas agrícolas.

As associações e cooperativas foram criadas, com o apoio técnico da ADRA, com a finalidade de aumentar a produção agrícola e a capacidade de comercialização dos camponeses associados. A organização Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, conta com a existência de 24 associações 4 cooperação, conforme ilustra a tabela que se segue:

Tabela nº 3 – Número de aldeias, beneficiários e Associações/cooperativas do Município do Longonjo

Comuna	Aldeias	Beneficiários /Nº de membros por associação			Nome da Associação.
		M	F	Total	
LONGONJO	Chimbili	0	22	22	Associação Elavoko
	Ayenja	18	21	39	Associação Tuamamako Tuwili
	Conuse	37	30	67	Associação Tutuvala
	Tchimbili	28	0	28	Associação Pouco a Pouco
	Tchianga	40	11	51	Associação Eyovo
Subtotal	4	123	84	207	5
CHILATA	Calonga	34	12	46	Associação Epandi
	Calueyo	24	27	51	Associação Tuyula
	Salumba	23	11	34	Associação Tulissanga
	Ulembi	46	5	51	Cooperativa Pasuka
	Cambumbulã	41	15	56	Associação Sukumunla
	Catchata	36	23	59	Associação Tuseteka
	Cambula	59	17	76	Associação KAPELAKO
	Nandavala	30	21	51	Associação Ongunso Yu Pange
	Ndovala	25	8	33	Associação Catutchilembui
Ngombe Ya Lamba	66	12	78	Associação Pandula	
Subtotal	10	507	235	742	10
Catabola	Tchicuma	42	19	61	Associação Progresso
	Catali	41	8	49	Associação Kuatoko Lukuene
	Belém	26	10	36	Associação Epandi Sakandele
	Canana	15	40	55	Associação Ongundja
	Salundo	26	15	41	Associação Tuapandula
	Catchissome	6	26	32	Cooperativa Tuasandjuka
	Cativa	43	24	67	Associação Tukala Ciwa
	Catina	52	24	76	Associação UPANGE WO WYNE
	Chimboa	23	22	45	Associação Yeto
Subtotal	9	274	188	462	9
Lépi	Povoação	15	19	34	Cooperativa Flor do Campo
	E. Bomba	0	66	66	Cooperativa Tuapama
	Povoação	13	6	19	Associação Aliança do Oriente
	Sousa	18	18	36	Associação Boa Esperança
Subtotal	3	46	109	155	4

Fonte: ADRA Antena Huambo, 2021

Nas 26 aldeias abrangidas pelo projecto Direito à Água na província do Huambo, 1.566 membros das associações e cooperativas, são beneficiários directos, dos quais 616 são mulheres.

2.1.2. Principais fontes de abastecimento de água

A maioria das famílias entrevistadas, residentes nas aldeias pertencentes as quatro comunas do município de Longonjo, afirmam que a principal fonte de água para o consumo é a nascente/riacho/rio responsável por assegurar o acesso a 32 famílias e apenas 2 famílias recebem água da rede pública através da ligação no domicílio, conforme consta na

Tabela 4:

	Comuna				Total
	Longonjo-Sede	Chilata	Lepi	Catabola	
Chafariz Público	12	3	5	1	21
Furo com Bomba	1	0	1	0	2
Cacimba Protegida	0	1	6	3	10
Cacimba Desprotegida	0	1	3	0	4
Nascente/Riacho/Rio	3	9	9	11	32
Água da Rede	0	0	2	0	2
Total	16	14	26	15	71

Fonte: Questionários familiares

Ainda de acordo com dados recolhidos nas comunas e ilustrados na tabela, das 21 famílias que dependem do chafariz público para ter acesso a água, 12 famílias residem na sede do município e uma família na comuna de Catabola, que dista mais de 34 km da sede do município. Os dados também indicam que a maioria das famílias que dependem de nascentes/riacho/

rio (32 famílias), residem nas comunas de Catabola, Chilata e Lepi.

A comuna da Chilata dista a 87 km da sede municipal, já as comunas do Lepi e Catabola distam a 20 e 68 km respectivamente.

Este cenário demonstra que quanto mais distante da sede do município a família reside maior é a possibilidade da mesma família depender de uma fonte de água não apropriada como são os casos de riacho, rio e cacimba.

A localização das fontes de água em relação as zonas de residência das pessoas, pode explicar o tempo elas precisam para adquirir o precioso líquido como vem ilustrado na tabela abaixo:

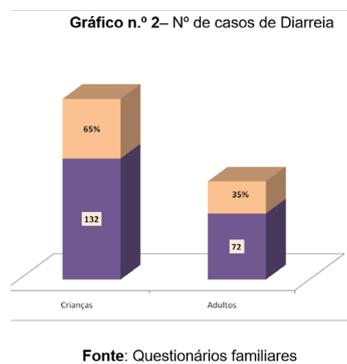
Principal fonte de abastecimento de água da família	Menos de 30 minutos	30 - 60 Min	1 - 2 Horas	+ de 2 Horas	Total
Chafariz Público	13	3	4	1	21
Furo com Bomba	1	1	0	0	2
Cacimba Protegida	5	2	2	1	10
Cacimba Desprotegida	1	0	1	2	4
Nascente/Riacho/Rio	9	10	13	0	32
Água da Rede	2	0	0	0	2
Total	31	16	20	4	71

Fonte: Questionários familiares

A tabela nº 5 demonstra que das 71 famílias entrevistadas, 31 percorre menos de 30 minutos para obter o precioso líquido em diferentes fontes de abastecimento, 4 famílias percorrem mais de 2 horas para chegarem até a uma cacimba ou a um chafariz público para terem acesso a água.

Um aspecto relacionado ao consumo de água, tem a ver com surgimento de doenças de origem hídrica, com

particular destaque para a diarreia, tendo sido registada em todas aldeias de intervenção da ADRA no Município de Longonjo.



Os casos de diarreias registados em crianças e adultos, não é causado apenas pelo facto de muitas famílias terem acesso a água por meio de fontes não apropriadas (cacimbas, riachos), mas também pelo facto da prática de tratamento da água não ser feita por todas as famílias das

comunidades. 22 Famílias afirmam que não tratam a água para beber, enquanto 49 tratam a água usando diferentes metodologias de tratamento, tal como ilustra a tabela nº 6.

Tabela nº 6- Formas de tratamento de água no município de Longonjo

Ferve	32	65%
Põe Lixívia	14	29%
Ferve+Lixívia	2	4%
Deixa repousar	1	2%
Total	49	100%

Fonte: Questionários familiares

Quanto a qualidade da água, a maioria das famílias (53) considera que a água que acarretam é de boa qualidade para

o consumo humano, no entanto 18 consideram que a água que retiram das várias fontes tem mau cheiro, mau sabor e é amarelada.

Tabela nº 7- Fontes de captação de água para irrigação no município de Longonjo

Água da chuva	23	33%
Rio/Nascente	24	34%
Reservatórios artificiais	1	1%
Vala de Irrigação	22	31%
Outro	1	1%
Total	71	100%

Fonte: Questionários familiares

A principal actividade produtiva das famílias do município de Longonjo é a agricultura, para esta actividade a água constitui-se no principal factor de produção, 34% das famílias usam a água do

rio e nascentes para irrigar as lavras, enquanto 1% depende de reservatório artificial, destaca-se ainda 33% e 31% de famílias que fazem o uso da água da chuva e das valas de irrigação para assegurar o acesso a água na produção agrícola.

2.1.3. Gestão comunitária de sistemas de água

A existência de sistemas de água para o consumo das famílias e dos animais, pressupõe necessariamente a adopção de mecanismos de gestão do referido sistema, o que na maior parte das vezes passa pela constituição de Grupos de Água e Saneamento (GAS), Associação dos Consumidores de Água (ACA) e Conselho Comunitário de Consumidores de Água (CCCA) abrindo maior possibilidade de participação das pessoas na gestão do interesse público.

Em algumas aldeias visitadas durante a recolha de dados e que existem sistemas de água (chafariz, furo com bomba

manivela e valas de irrigação) foram constituídos Grupos de Água e Saneamento, que têm as seguintes responsabilidades:

- ✓ Assegurar o bom funcionamento do sistema, fornecendo de forma regular a água às famílias.
- ✓ Realizar limpeza periódica no sistema, com a participação dos membros da comunidade.
- ✓ Comunicar as autoridades tradicionais e administrativas os casos de avaria que se registam no sistema.
- ✓ Tomar a decisão sobre os problemas que afectam o normal funcionamento do sistema.
- ✓ Fazer cobranças das comparticipações aos consumidores.
- ✓ Comprar materiais de reposição do sistema, nos casos em que registam avarias facilmente resolvidas a partir da comunidade.

De acordo com os entrevistados existem apenas dois grupos de água e saneamento, nas aldeias da povoação e Ayendja, não houve nenhuma capacitação técnica aos membros do GAS em matéria de reparação de sistemas de água, por esta razão qualquer deficiência verificada no sistema de água a sua reparação é solicitada a administração municipal de Longonjo ou a ADRA, o que de alguma forma torna as comunidades completamente dependentes destas estruturas no que concerne ao acesso a água.

As famílias entrevistadas afirmaram que não tem havido casos de vandalismo de sistemas de água instalados nas

comunidades. Segundo as famílias, as práticas de vandalismo de sistema de água, devem ser punidas com prisão que vai de 3 meses a 10 anos e deve ser devolvido os meios vandalizados.

No município em referência, particularmente na comuna do Lépi, existe uma fábrica de água que retira o precioso líquido a partir de uma nascente que outrora se constituía em fonte de água para as famílias, no entanto algumas famílias ainda beneficiam da referida nascente utilizando-a como fonte de água para irrigação, fora desta realidade não tem havido nenhuma acção de responsabilidade social por parte da fábrica nem impedimento de as populações acederem a água desta fonte.

Relativamente à exploração da mina de cobalto no Longonjo, importa referir que a mesma não está nas aldeias de intervenção do projecto, nem se localiza perto de uma nascente de água, razão pela qual não contamina a água

O Código Mineiro é o instrumento jurídico que regula a concessão de exploração dos recursos minerais e o Ministério dos Recursos Naturais e Petróleo é o departamento ministerial que tutela o processo de licenciamento. A par deste processo existe igualmente o licenciamento ambiental que é gerido pelo Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente. O monitoramento ambiental é feito pela mesma entidade coma colaboração dos governos provinciais.

Durante a recolha de dados no referido município e pela observação participante, não foram verificados vestígios de degradação ambiental impactantes na vida dos habitantes

locais, salvo a retirada de alguma vegetação decorrente da abertura de picadas de acesso e que são mitigáveis pelo processo de arborização.

Entretanto considerando que actividade humana é em grande medida responsável pela alteração do meio ambiente, apesar de actualmente não serem ainda visível os danos ambientais resultantes da exploração de cobalto, poderão surgir a médio e longo prazo danos como a poluição do ar, a desertificação, erosão dos solos, ravinhas, contaminação das águas, extinção de espécies de árvores, entre outros. Por isso apela-se as autoridades locais e provinciais que no quadro do monitoramento da actividade extractiva, orientem a empresa no quadro da responsabilidade social a desenvolver actividades de reposição do que foi retirado da natureza, como a plantação de árvores ao longo das vias abertas, campanhas de sensibilização para evitar queimadas ou abates de árvores, etc.

2.1.4. Género e participação da Mulher

As dinâmicas associativas implementadas nas aldeias de intervenção do projecto têm contado com a participação da mulher, referimo-nos as associações, cooperativas de camponeses e a gestão de sistemas de água. Durante a realização dos Grupos focais constatou-se a presença de 40 mulheres. Por outro lado, as mulheres estão também engajadas nos Grupos de Água e Saneamento com uma taxa de representação na ordem dos 50% o que demonstra que

na abordagem das questões que dizem respeito a vida das comunidades as mulheres não são excluídas, mas sim, são chamadas a participar.

“As mulheres têm que deixar de ter vergonha e medo de falar”. **(mulheres da aldeia da Canana)**

“Falamos pouco, muitas de nós não sabemos ler nem escrever”. **(mulheres da aldeia do Ulembi)**

“As mulheres e os homens falamos todos. Quando o chafariz tem um problema decidimos todos”. **(mulheres da aldeia de Ayenja)**

Os depoimentos expressam o engajamento das mulheres e a ideia de que para participar é necessário capacitar-se, no sentido de melhor influenciar processos, mas a referida capacitação passa necessariamente pela melhoria da capacidade de escrita e da leitura por meio do processo de alfabetização.

Tabela nº 8 -Quem acarrecta água no município de Longonjo

Pai	4	3%
Mãe	44	37%
Rapazes	22	18%
Raparigas	39	32%
Todos de Casa	12	10%
Total	121	100%

Ao nível familiar, mais concretamente na partilha de responsabilidade no transporte de água para casa, fica evidenciado de acordo com os dados da tabela nº 8, que as mulheres (mãe e raparigas) são as mais sacrificadas, ou seja,

em 69% das famílias, o trabalho de acarretar água é entregue a

mulher. Apenas em 10% das famílias os homens e as mulheres partilham a mesma função.

2.2. Província da Huíla

A província da Huíla localiza-se a sudoeste da República de Angola com uma área de 79.023 km², encontrando-se na sua envolvente as províncias de Huambo e Benguela a Norte, a província do Cunene a Sul, as províncias do Bié e Cuando Cubango a Este e as províncias do Namibe e Benguela a Oeste.

O Município do Lubango constitui a capital da província, alberga todos os serviços públicos administrados pelo governo da província, é também o município com maior densidade populacional, habitado por 31% da população. As projecções referentes ao crescimento demográfico da província indicam que em 2021 vivem na Huíla 3 090 046 pessoas sendo 1 482 848 homens e 1 607 198 mulheres (INE, 2016, p. 57).

Essa densidade demográfica está subdividida nas seguintes faixas etárias; dos 0 aos 14 anos são 1 462 496, dos 15 aos 64 anos são 1 548 527 e habitantes com idade igual ou superior a 65 anos são 79 023. O território integra-se no vasto conjunto de superfícies planálticas com altitude entre 1000 a 2300 metros.

A Huíla tem recursos hídricos com destaque para os rios, nascentes, riachos, cascatas que beneficiam as populações locais. Entretanto, segundo as autoridades locais, o acesso a água na província é débil como consequência da estiagem que se regista na região nos últimos anos, o que faz com que muitas

destas fontes estejam hoje secas, penalizando os huilanos e o seu gado. Este cenário faz com que muitas famílias estejam hoje a emigrar para outras regiões dentro e fora da província por causa da falta de água para o consumo e para o gado.

A Empresa Provincial de Águas e Saneamento da Huíla-E.P, com abrangência em 5 sedes municipais (Lubango, Jamba, Matala, Quipungo e Chibia), é a entidade que tutela a gestão e exploração de sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais na Província da Huíla, estando sob sua gestão directa o sistema de abastecimento de água do Lubango, gestão provisória do sistema de abastecimento de água da Jamba e gestão condicionada nas sedes municipais da Matala, Chibia e Quipungo, enquanto se aguarda pela realização dos projectos de melhoria e ampliação dos respectivos sistemas de abastecimento de água.

Segundo a PCA da referida empresa, para garantir a operacionalidade dos sistemas de abastecimento de água das demais 9 sedes municipais, a EPASHUILA-E.P. continua a dar o suporte técnico através do Gabinete Provincial de Infraestruturas e das Administrações Municipais.

Ainda de acordo com a fonte, a província conta com 21 Estações de Tratamento de Água, sendo 12 Estações de Tratamento funcionais contra 9 inoperantes. As 12 Estações

funcionais abastecem actualmente cerca de 39.600 famílias de uma a três vezes por semana.

Para melhorar o acesso a água às populações foram feitos vários investimentos nomeadamente:

- Substituição de condutas DN200 PEAD no troço reservatório do Venancio - estufa da nossa Sra do Monte (2.339 km de rede);
- Substituição de condutas DN315 PEAD no troço reservatório do Venancio - Rotunda do Arco Iris (664 m);
- Substituição de condutas no troço retunda do João de almeida até o Antigo mercado informal com o mesmo nome em tubagem DN63 e DN110 PEAD (1.430 m);
- Substituição de condutas na Sófrio no troço desde o novo tribunal da relação até a nova retunda do Millennium em tubagem DN160 PEAD (473 m);
- Substituição da conduta no troço desde a ponte sobre a linha férrea da SIRAL até a casa Pato em tubagem DN315 PEAD (845 m);
- Sondagem e Construção de dois furos hidrológicos;
- Interligação à rede principal DN400; Interligação da rede eléctrica; Instalação das bombas submersíveis; Construção das casas de comando;
- Acções de estudos e pesquisa para identificação de potenciais locais de captações de água;

- Levantamento topográfico dos locais para construção dos reservatórios; Avaliação dos reservatórios or reabilitar; Construção dos novos reservatórios;
- Face a necessidade da criação de condições para garantir as medidas de biossegurança nas escolas públicas, face a prevenção da pandemia da COVID-19, foram instalados reservatórios elevados com unidades de lavagem das mãos em 35 escolas ligadas a rede pública de abastecimento de água no município do Lubango, estando em curso a criação de condições para as demais escolas;
- Reactivação do sistema de abastecimento de água da sede comunal da Arimba, com uma produção de 18m³/h, reserva 400m³ e 379 ligações domiciliare;
- Projecto de construção do sistema de abastecimento de água das sedes municipais da Matala e Cacula.

Estes investimentos permitiram um aumento gradual em termos de disponibilidade de água para os munícipes.

Para 2022 estão previstos outros investimentos como: Realização de 70 Km de rede e 5.000 ligações domiciliare no periurbano II; Realização de 50.000 ligações domiciliare; Projectos de construção de pequenos sistemas de água (PSAs)

no meio periurbano e rural e Projectos de construção de pontos de água (PAs) no meio periurbano e rural.

2.2.1. Acesso a água no município dos Gambos

O município em referência, está situado ao Sul da província da Huíla e limitado a Norte por municípios da Chibia e do Quipungo, a Sul por municípios da Cahama e Curoca (província do Cunene), a Este por município da Matala e a Oeste por município do Virei (província do Namibe), Gambos é um município que dista a 157 km da cidade do Lubango, é composto por duas comunas que são; Chibemba e Chiange, possui uma população estimada em 98.284 habitantes dos quais 52 875 são mulheres (INE, 2016, p. 57). A população do município dedica-se maioritariamente a actividade agropecuária de auto subsistência e pastorícia.



Estação de distribuição de água - Tunda

O contexto climático do referido município é de secas cíclicas que alternam com os períodos de chuvas intensas e se registam cheias. Entretanto a situação de seca deixa as pessoas em extrema precariedade pois a falta de água não lhes permite manter a vida

quotidiana nem tão pouco o seu principal activo económico que é o gado.

A direcção Municipal de água, enquanto órgão local responsável pelo sector, afirma que o projecto Direito e Acesso

a Água é benéfico para o município porque visa garantir água as famílias numa localidade em que a procura é maior que a oferta.

Em termos de investimentos realizados nos últimos dois anos a administração local afirma, sem adiantar os valores do investimento, que foi construído na localidade da (Ataca) Taka a 63km da sede municipal um Ponto de Captação de Água e fez-se a construção de 5 furos na mesma localidade. Em termos de perspectivas para os próximos dois anos espera-se que seja concluída a reabilitação do sistema de abastecimento de água da sede municipal, cujas obras decorrem na aldeia da Tunda 1, inicia-se a construção de 3 chimpacas, 5 furos de água, nas localidades da Tunda 1 e 2 que vai permitir não apenas aumentar o número de famílias com acesso a água mais é diminuir o êxodo populacional resultante da ausência de serviços de água.

A direcção municipal de água dos Gambos afirma que existem no total 70 sistemas de água, refere-se a furos, cacimbas e bombas volante, deste número 13 não funcionam, tal como consta na tabela que se segue:

Tabela nº 9- Sistemas de água no município dos Gambos

Sistemas	Quantidade	Em funcionamento	Avariado
Cacimba melhorada	3	Sem dados	Sem dados
Furos de água	2	Sem dados	Sem dados
Pequenos Sistemas de Água	56	47	9
Bomba volante	11	7	4
Cisternas Calçada	40	12 ⁷	0

Fonte: Direcção Municipal da Energia e Águas dos Gambos e ADRA

município dos Gambos, procedeu a construção de dois tanques para armazenamento de água, nas aldeias de Tunda

2, Garandja, esses tanques podem ser abastecidos por águas fluviais e por camiões cisternas.

É do conhecimento público os resultados referentes as variações climáticas ciclicamente registadas no sul de Angola particularmente nas províncias do Cuando Cubango, Cunene, Namibe e Huíla, nesta última o município mais afectado é os Gambos que vive longo período de seca, tendo como consequências mais visíveis a fome, o êxodo populacional e animal. Por se tratar de um município com grandes dificuldades no acesso a água, não apenas pela ausência de chuvas, mas também por registar-se grandes localidades cuja zona dinâmica do lençol freático é baixa e irregular, a garantia do acesso a água para a população humana e animal constitui a principal prioridade das famílias, das autoridades político-administrativas do município e das organizações da sociedade civil.

No município dos Gambos o projecto tem como beneficiários 1547 membros pertencentes a 4 Associações dos quais 910 mulheres, como ilustra a tabela seguinte:

Tabela nº 10 – Número de beneficiários município dos Gambos

N.º de Associações	N.º de Membros (Directos)			N.º de Membros (Indirectos)		
	M	F	T	M	F	T
4	91	130	221	546	780	

Fonte: ADRA – Antena Huíla 2021

De acordo com os dados da tabela os beneficiários do sexo masculino representam 41% contra 59% de membros do sexo feminino o que significa que as mulheres são a maioria.

A Direcção Municipal de água afirma que para garantir o acesso a água às populações do município, deve *a priori*

realizar-se estudos de prospecção dos solos para que as acções de abertura de furos de água sejam feitas com maior grau de certeza, no sentido de não desperdiçar recursos financeiros, as limitações técnicas da direcção das águas não permitem a realização de estudos e abertura de furos, devendo sempre proceder a contratação de empresas especializadas nestas empreitadas. Outrossim, não existem ao nível da província da Huíla mais de uma empresa especializada na realização de estudos de prospecção, a maioria delas apenas apresentam valências para processo de abertura de furos.

A estrutura responsável pelo sector da água no município, realiza essencialmente, actividades voltadas a contratação de empresas para abertura de furos e construção de outros sistemas de água, reparação de pequenos sistemas de água e mobilização das comunidades para a comparticipação e gestão dos sistemas instalados.

2.2.2. Principais fontes de abastecimento de água

Neste município, o levantamento de dados junto das comunidades ocorreu nas duas comunas, particularmente nas aldeias de Tunda 1 e Tunda 2 (comuna do Chiange), Garandja e Rio de Areia (Comuna da Chibemba).

Tabela nº 11 - Principal fonte de abastecimento de água da sua família no município dos Gambos

	Chiang e	Chibemba	Total
Chafariz Público	29	1	30
Furo com Bomba	1	7	8
Cacimba Protegida	0	4	4
Cacimba Desprotegida	0	10	10
Água da Rede	0	4	4
Tanque da comunidade	0	5	5
Total	30	31	61

Fonte: Questionários familiares

A maioria das famílias das aldeias situadas na comuna do Chiange envolvidas no estudo, afirmam que dependem do

chafariz público (29 famílias) para que o agregado tenha acesso a água, tal como se pode verificar na tabela nº 7, no entanto para as famílias residentes nas aldeias situadas na comuna da Chibemba, a principal fonte de água são a Cacimba desprotegida (10 famílias), furo com bomba (7 famílias) e tanque da comunidade (5 famílias).

Nas aldeias da Garandja e Tunda 1, foram construídos, no âmbito de outras iniciativas implementadas pela ADRA com apoio de outros parceiros, dois reservatórios com capacidade de 52.000 litros de água da chuva e/ou fornecida por camiões cisterna, portanto algumas famílias das aldeias supracitadas beneficiam deste sistema.

Em relação a água distribuída às famílias directamente ao domicílio, referimo-nos a água da rede, esta realidade foi verificada na aldeia do Rio de Areia, onde os beneficiários devem participar mensalmente com 1 000,00 kz (mil kwanzas). Este valor foi definido pela Administração do Município dos Gambos, através da Direcção Municipal das Águas, apesar das famílias salientarem que o valor é exorbitante.

Apenas têm acesso a água canalizada ao domicílio, as famílias que detêm capacidade financeira para participar, as demais famílias dependem do furo que funciona com painel solar, neste sistema a contribuição é de 200,00 kz (duzentos kwanzas) mensal.

Questionado sobre a funcionalidade do sistema de água, 74% das famílias afirmam que o sistema de água funciona bem e 16% considera que não, porque ao nível da comunidade ninguém sabe reparar as avarias e a administração quando comunicado não resolve o problema. Para 84% das famílias entrevistadas a água adquirida para o consumo humano é de boa qualidade não apresenta nenhum problema relacionado com o cheiro, sabor e cor.

Tabela nº 12 - Qualidade da água no município dos Gambos

Mau cheiro	2	3%
Mau sabor	1	1%
É amarela	7	12%
Nenhum deles	51	84%
Total	61	100%

Fonte: Questionários familiares

O percentual de famílias que trata água para beber ronda os 36%, utilizando meios como o filtro de pano, lixívia e a fervura, apesar desta situação os casos de doenças de origem hídrica no seio familiar, com particular destaque para a diarreia é muito alto, pelo facto de afectar 80% das famílias entrevistadas, ou seja, 128 pessoas dos quais 32 adultos e 96 crianças sofreram de diarreia, principalmente no início do ano.

Tabela nº 13 – Nº de casos de diarreia registados nos últimos 6 meses no município dos Gambos

Crianças	96	75%
Adultos	32	25%
Total	128	100%

Fonte: Questionários familiares

Em relação as fontes de água para a irrigação de campos agrícolas, os dados demonstram que a maioria das famílias (96%) depende das chuvas, razão pela qual a actividade agrícola nas aldeias envolvidas no estudo é apenas de subsistência em função do longo período de seca que se verifica na região.

Tabela nº 14- Fontes de água para irrigação no município dos Gambos

Água da chuva	59	96%
Lençol Superf.	1	2%
Outro	1	2%
Total	61	100%

Fonte: Questionários familiares

2.2.3. Gestão Comunitária de Sistema de água

A participação das comunidades na gestão de sistemas de água a nível do município dos Gambos é feita por meio da constituição de Grupos de Água e Saneamento, particularmente nas aldeias de Rio de Areia, Garandja e Tunda 2, cujas responsabilidades dos grupos são as seguintes:

- ✓ Manter o sistema limpo e funcional assegurando as condições higiénicas, abertura e o fecho nos horários definidos.
- ✓ Fazer a cobranças dos valores acordados aos consumidores e consequentemente fechar as contas mensais, reportando à Direcção Municipal das águas.
- ✓ Informar as autoridades tradicionais (soba) e administrativas (direcção municipal das águas) sobre as condições do sistema de água.

Nas aldeias acima mencionadas existe, para cada sistema, um Grupo de Água e Saneamento, cuja capacidade

técnica de gestão ainda é muito limitada, nenhum membro sabe substituir peças avariadas, identificar a zona dinâmica do furo de água, fazer estudo de preços dos meios necessários para o funcionamento do sistema. Nos casos de avaria do sistema, todos os Grupos de Água e Saneamento não têm a capacidade de resolução, dependendo de forma exclusiva da direcção municipal das águas ou de outros agentes externos como é o caso da ADRA.

Actos de vandalismo de sistemas de água para o consumo humano já ocorreram no município, em particular nas aldeias de Rio de Areia, Garanja e Tunda 1, nestas roubos de painéis solares e motobomba que tornavam funcionais os sistemas dando maior capacidade de bombagem de água. Até a data de realização do estudo, as aldeias em referência não tinham informações sobre quem praticou o roubo, se a policia já identificou os actores e quando é que a administração Municipal irá fazer a reposição dos meios roubados.

Fruto dos actos de vandalismo, o número de famílias que acarretam a água nos sistemas instalados nas duas aldeias, reduziu significativamente em função da redução do horário de funcionamento que é das 6:00h as 8:30m e da fraca capacidade de bombagem de água. As famílias entendem que os praticantes das acções de vandalismos devem ser punidos com prisão e devolução dos meios roubados à comunidade.

2.2.4. Género e participação da mulher

O envolvimento das mulheres nos diferentes grupos comunitários é visível nas aldeias de implementação do projecto Direito e Acesso a Água, referimo-nos as associações de camponeses, grupos de água e saneamento e cooperativa, em que a representação feminina é de 36 pessoas, tal como ilustra a tabela nº 15. Nos encontros comunitários realizados nas quatro aldeias seleccionadas para o estudo no município dos Gambos, participaram 58 mulheres dos quais 10 pertencem ao Grupo de Água e Saneamento, no entender delas, nas comunidades, os homens e as mulheres têm as mesmas oportunidades.

Tabela nº 15- Sexo e organização local a que pertence no município dos Gambos

Em que Organização local pertence	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Associação	24	36	60
Cooperativa	1	0	1
Total	25	36	61

Fonte: Questionários familiares

Os depoimentos descritos abaixo demonstram experiências concretas em que as mulheres estão envolvidas na abordagem dos assuntos que interessam a toda comunidade:

“Quando temos tido encontro com a ADRA todos decidimos” (mulheres da Tunda 1).

“Quando a administração queria nos tirar as nossas mangueiras da Associação reunimos e todos decidimos juntos”. **(Mulheres da aldeia do Rio de Areia).**

“Quando não temos água todos decidimos e com uma boa participação das mulheres”. **(Mulheres da aldeia da Tunda**

Ao nível das três aldeias, o envolvimento das mulheres na discussão dos assuntos de interesse colectivo é um facto inegável, no entanto as mulheres que participaram dos encontros comunitários, manifestaram as suas ideias em relação a melhoria da participação na comunidade.

Tabela nº 16 - Quem acarreta a água para casa no município dos Gambos

Pai	1	1%
Mãe	46	40%
Rapazes	21	18%
Raparigas	34	29%
Todos de Casa	14	12%
Total	116	100%

Fonte: Questionários familiares

Olhando para a divisão de tarefas no contexto familiar em relação ao transporte de água para o consumo humano, os dados indicam que as mulheres (mãe e

raparigas) se ocupam desta actividade comparativamente aos homens (pai e rapazes), ou seja, 69% das pessoas que acarretam a água para o consumo de toda família, são as mulheres, apenas em 12% das famílias envolvem todos os membros independentemente do género.

Por razões de natureza costumeira, de forma inconsciente algumas actividades foram sempre atribuídas preferencialmente as mulheres, esta atribuição não é exclusiva aos agregados familiares do município dos Gambos ou da província da Huíla, mas sim de todo país, no entanto a operacionalização do conceito igualdade de oportunidade obriga o envolvimento e a partilha de tarefas, particularmente no seio da familiar, este motivo entende-se que o transporte de água não deve ser uma tarefa exclusiva das mulheres.

2.3.1. Acesso a água no município da Humpata

Do ponto de vista geográfico o município da Humpata está localizado ao sul da província da Huíla, o mesmo é limitado a Norte com o município do Lubango, a Sul com o município do Virei (província do Namibe), a Leste com o município da Chibia, e a Oeste com o município da Bibala (província do Namibe). É habitado maioritariamente por mulheres representando 52% da população, as projecções demográficas do município indicam que no ano corrente residem na circunscrição municipal 110

301 habitantes, dos quais 53 112 homens e 57 189 mulheres. (INE, 2016, p. 57).

Relativamente à divisão político-administrativa, o município é constituído por 5 comunas, presume-se, em função das várias nascentes, que o município possui uma riquíssima rede hidrográfica subterrânea e de superfície de caudal.

No município em análise o levantamento de dados ocorreu em duas comunas; designadamente a comuna sede e a Comuna da Palanca, concretamente nas aldeias de Hongo, Tchipeio, Jamba 2, Onkuluvala, Palanca 2 (Bango).

Na Humpata o projecto tem como beneficiários 3.283 membros pertencentes a 12 Associações, com 1.759 mulheres como ilustra a tabela seguinte:

Tabela nº 17 - Número de beneficiários município da Humpata

N.º de Associações	N.º de Membros (Directos)			N.º de Membros (Indirectos)		
	M	F	T	M	F	T
12	203	266	469	1321	1493	

Fonte: ADRA – Antena Huíla 2021

Os dados da tabela demonstram que 53% dos membros das associações beneficiários são do sexo feminino e 47% do sexo masculino.

Segundo a administração municipal, o projecto Direito e Acesso a Água é bastante positivo porque permitiu aumentar a capacidade de armazenamento de água através da construção de tanques subterrâneos, podendo ser abastecido por camiões

cisternas disponíveis no município. No âmbito do referido projecto a administração esteve envolvida no apoio institucional, mobilizando as comunidades e facilitando formações.

Para além da existência de reservatórios de água a administração municipal considera que o aumento do número de mulheres, cerca de 50, nas associações, cooperativas e grupos de gestão de água é um ganho alcançado pela implementação do projecto.

Tabela nº 18- Pontos de água no município da Humpata

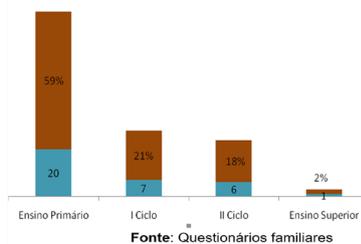
Nº	Objecto (PSA, PA e Fontenário)	Comuna	Localidade ou Bairro	Estado do Sistema	Observação	
1	P.A Sonda	Sede	Mkundjuva	Inoperante		
2	P.A Sistema Solar		Hongo	Inoperante		
3	P.A Sistema Solar		Taka	Inoperante		
4	P.A Sistema Solar		Jamba I	Reabilitação em Curso		
5	P.A Sistema Eléctrico		Jamba II	Reabilitação em Curso		
6	P.A Sistema Solar		Ntamana	Operacional		
7	P.A Sistema Solar		SAMMS	Operacional		
8	Fontenário		Bairro 11 Zona A	Inoperante		
9	Fontenário		Camponês Zona A	Inoperante		
10	Fontenário		Listrao Mumbaia Zona B	Operacional		
11	P.A Sistema Solar		Tchilanhina - Mercado Municipal	Operacional		
12	Fontenário		Eco-frio Zona A	Operacional		
13	Sonda		Capandeiro	Operacional		
14	Sonda		Onculuvala	Operacional		
15	P.A Sistema Solar		Tchilanhina	Operacional		
16	P.A Sistema Solar	Palanca	11-nov	Inoperante	Vandalizado	
17	Fontenário		Junto a Praça	Inoperante		
18	P.A Sistema Solar		Unene (Junto a Escola)	Inoperante		
19	P.A Sonda		Unene	Operacional		
20	P.A Sonda		Heva	Inoperante		
21	P.A Sonda		Mundinde	Inoperante	Baixo Caudal	
22	Fontenário	Caholo	Sede	Inoperante		
23	P.A Sonda		Mangola	Inoperante		
24	P.A Sistema Solar		Mungolo	Inoperante		
25	P.A Sistema Solar	Bata-Bata	Leba	Operacional		
26	PSA		Sede		Reabilitação em Curso	
27	P.A Sonda				Operacional 50%	Baixo Caudal
28	P.A Sonda				Operacional	
29	P.A Sonda	Tchimpebe	Inoperante			

Em relação aos investimentos públicos no sector da água, foram construídos 29 furos de água, deste número 15 não funcionam por razões de má conservação e falta de manutenção, foram reabilitadas duas estações de tratamento de água, uma na sede do município e outra na comuna da Palanca, estando a funcionar com uma cobertura diária de 18 horas, beneficiando aproximadamente 19 mil famílias.

Por iniciativa da administração municipal, cujos fundos não foram adiantados, foi construído cinco furos de água dos quais um industrial e recuperado 3 pontos de água. Esses investimentos permitiram aumentar o número de famílias com acesso a água, reduzir o tempo na procura do precioso líquido e melhorar a qualidade de água consumida. Para os próximos anos prevê-se a construção de 5 furos de água.

Não existe capacidade local para prever o nível do lençol freático do município, a direcção de água apenas possui um instrumento (tubo de pesca) utilizado de forma exclusiva depois da abertura do furo de água. As actividades diárias da direcção supracitada são as seguintes:

- ✓ Velar pela qualidade da água,
- ✓ Acompanhar os projectos de água no município,
- ✓ Controlar o processo de pagamento da água consumida pela população,
- ✓ Tratar e distribuir água a população construir.



Do total de famílias entrevistadas durante a realização do estudo, 59% dos líderes ou cônjuges não sabem ler nem escrever e 41% possuem competências de leitura e de escrita, por terem frequentado diferentes níveis de ensino, tal como ilustra o gráfico n.º 3, relacionado com o último nível de ensino que frequentou. Em média cada agregado familiar é constituído por 10 pessoas.

2.3.2. Principais fontes de abastecimento de água.

Na comuna sede, concretamente nas aldeias de Hongo, Chipeio, Jamba 2 e Okuluvala, a maioria das famílias (42) dependem de nascente/riacho ou rio para terem acesso a água para o consumo doméstico, apenas uma família acarreta água

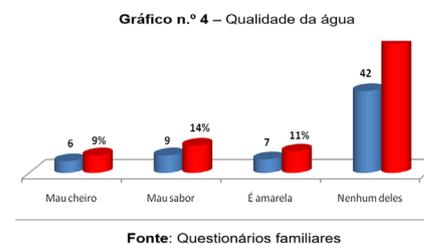
Tabela n.º 19- Principal fonte de abastecimento de água para as famílias no município da Humpata

	Humpat a-Sede	Palanca	Total
Chafariz Público	1	0	1
Furo com Bomba	3	0	3
Cacimba Protegida	2	0	2
Cacimba Desprotegida	2	3	5
Nascente/Riacho/Rio	42	11	53
Total	50	14	64

Fonte: Questionários familiares

proveniente de um chafariz público. Na comuna da Palanca o cenário não é diferente, das 14 famílias entrevistadas 11 também dependem de nascente/riacho/rio, pelo facto de não registar-se, nas aldeias de Palanca 2 (Bango), nenhum sistema de água funcional, o percurso de ida e volta no transporte de água da fonte para casa leva menos de 30 minutos para 6 famílias, 30-60 minutos para 25 famílias, 1-2 horas para 25 famílias e mais de 2 horas para 8 famílias. Outrossim, prende-se com a funcionalidade das fontes de água, das 40 famílias que responderam sobre o funcionamento da fonte de água, 23 afirmaram que não funciona bem porque a quantidade de água é reduzida, são obrigados a acarretar no período da manhã, por volta das 6 horas, já que os animais também dependem da mesma fonte, neste caso dos rios e/ou nascentes.

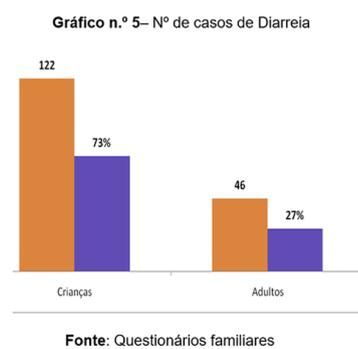
Na aldeia da Jamba 2, localizada na comuna sede, por iniciativa da administração municipal foi instalado um chafariz público que funciona com painel solar, no entanto a maioria das famílias residente na aldeia não beneficia do mesmo por encontrar-se distante da zona de residência, por este



motivo a maioria das famílias e animais depende da nascente. 42 Famílias afirmam que a água utilizada para o consumo não apresenta nenhum problema que coloca em risco a sua qualidade, ou seja, a água não tem mau cheiro, não tem mau sabor nem é amarelada. Segundo as mulheres que

participaram nos encontros por grupo focal, “é preciso madrugar para encontrar água limpa na nascente porque a partir das 7 horas os animais começam a chegar e sujaram toda a água, por isso vamos muito cedo.”; a maioria das famílias considera que consome água com qualidade porque recorre a fonte nas primeiras horas do dia, havendo a necessidade de identificar-se outras fontes de água para os animais no sentido não afectar a qualidade da água para o consumo humano.

O número de famílias que trata água para beber, no



universo de 64, é apenas 16 utilizando diferentes métodos tais como a fervura (9), a filtragem com pano (3) e a colocação de lixívia (4).

Uma das principais consequências do consumo de água não tratada ou água proveniente de fontes não

apropriadas é o surgimento de doenças de origem hídrica, para as famílias envolvidas no estudo no município da Humpata, houve o registo de 168 casos de diarreia sendo 122 em crianças e 46 em adultos, este número de casos registaram-se em 47 agregados familiares o que dá uma média de 4 casos de diarreia em cada família. Na maioria dos agregados (42)

os casos de diarreia ocorrem maioritariamente no princípio de cada ano.

Tabela nº 20 - Fontes de captação de água para irrigação município da Humpata

Água da chuva	48	75%
Rio/Nascente	16	25%
Total	64	100%

Fonte: Questionários familiares

Olhando para o acesso a água para a prática agrícola, os dados da tabela nº 13 demonstram que 75%, representando 48 famílias dependem das chuvas e 25% recorrem as nascentes, riachos e rios para assegurar a irrigação dos solos, através da abertura de canais de irrigação.

As lideranças das comunidades afirmam existir algumas famílias com alguma capacidade financeira que conseguem alugar motobombas para o apoio a produção agrícola.

2.3.3. Gestão comunitária de sistemas de água.

Os sistemas de água instaladas no município são geridos pela comunidade e direcção municipal das águas, este último controla directamente o sistema instalado na sede municipal e arrecada as participações pagas pelas famílias em função do precioso líquido que recebem mensalmente.

Essas participações são pagas no âmbito de um contrato de prestação de serviço celebrado entre o consumidor e a direcção municipal de energia e água, cujo valor afixado é de 500 kwanzas mensal.

Fora da sede do município, especificamente nas áreas de intervenção do projecto direito e acesso a água, não foram criadas estruturas comunitárias para gestão de sistemas

instalados, com excepção das aldeias de Hongo e Onkuluvála onde os Grupos de Água e Saneamento são constituídos por 3 mulheres e 3 homens, cada, controla as duas cisternas calçada construídas pela ADRA com a participação da comunidade.

Nas aldeias de Hongo e Palanca 2, encontram-se avariados dois furos de água a painéis solar construídos pela Administração Municipal e que nunca tiveram uma estrutura comunitária para a sua gestão. Outra realidade menos positiva encontra-se na aldeia de Jamba 2 localizada na comuna sede, por iniciativa da Administração Municipal foi instalado e funciona um sistema de água e não foi constituído um Comité de Gestão do Sistema, apenas foi dado ao Soba da aldeia a responsabilidade de abrir e fechar o sistema diariamente.

Os líderes da comunidade e as mulheres desta aldeia solicitam o apoio da ADRA na constituição de um grupo para gestão do sistema instalado, bem como na definição das formas de comparticipação da comunidade nos casos de necessidade de reparação do sistema.

A democracia participativa consagrada na Constituição da República no seu artigo 2º (Angola, 2010), abre possibilidades à participação dos cidadãos nos diferentes domínios da vida comunitária, no sector de águas pode ser assegurado a criação de instalações comunitárias de gestão de água, onde através dela os cidadãos são capazes de monitorar a provisão básica de serviços de água e os investimentos públicos. Essas iniciativas não poderão partir da comunidade caso não haja um processo de empoderamento local que permita reclamar a respectiva participação na gestão da coisa pública, neste caso devem

estar informados sobre o processo de construção dos pontos de água (consulta, negociação, selecção dos locais, escavação e pagamento da mão-de-obra) e na gestão operacional e financeira do serviço.

Segundo os líderes da comunidade o sistema de água instalado na aldeia de Jamba 2, não beneficia a maioria das famílias da comunidade, porque foi instalado numa zona com menos densidade populacional e a comunidade não tinha sido consultada antes da materialização do projecto.

Actos de vandalismo dos sistemas de água verificou-se em duas aldeias envolvida no estudo (Hongo e Palanca 2). A intensa actividade económica desenvolvida por empresas privadas no município da Humpata, particularmente no sector da agricultura e da produção de água tem gerado acções de desvios de fontes de água em que as famílias não recebem nenhum benefício no âmbito da responsabilidade social das empresas, excepção seja feita com a aldeia da Jamba 1 onde a fazenda agrícola permitiu a partilha, com a comunidade, de fonte de água para irrigação.

2.3.4. Género e participação da mulher

Nas aldeias seleccionadas para o estudo, a participação da mulher é um facto a contar pela sua integração nas organizações comunitárias de base, nomeadamente nas associações e cooperativas e nos GAS. Nas aldeias de Tchipeio,

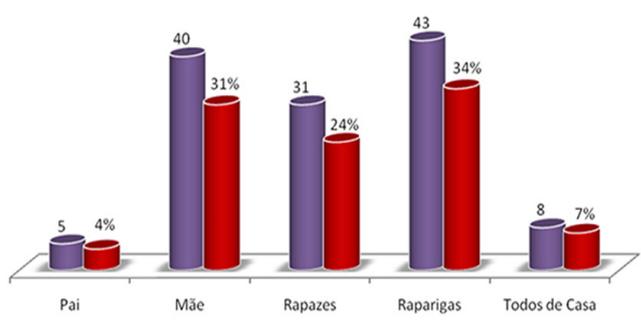
Hongo e Jamba 1, as mulheres contribuíram com ideias para a implantação de algumas iniciativas.

“Nós participamos, sugerimos que seja feita a terraplanagem da estrada que sai da aldeia ate a vila”. (mulheres da aldeia de Tchipeio).

“Os produtos agrícolas que a associação vende, nós as mulheres decidimos distribuir por igual os lucros aos membros da associação”.(mulheres da aldeia de Hongo).

Nas aldeias de Hongo e Onkuluvala, onde existem Grupos de Água e Saneamento, as mulheres estão representadas num número de 3 em cada e a elas compete não apenas fazer a limpeza e abertura do reservatório de água, mas também participar nos encontros de interesse da comunidade quando são convidadas e informar as outras mulheres da comunidade tudo que foi transmitido.

Gráfico n.º 6 – Tarefa de ir a busca de água



Fonte: Questionários familiares

No que tange a responsabilidade no transporte de água para casa, em 64 famílias existem 83 mulheres (43 raparigas e 40 mães) que têm a tarefa de ir a busca de água para as

necessidades de todos os membros do agregado, no entanto, o envolvimento de homens (pai e rapazes) é apenas de 48%. Regista-se também o envolvimento de todos os membros de casa em 8 famílias.

Conclusões e Recomendações

O estudo feito nos três municípios, considerando ser o primeiro sobre esta temática, concluiu o seguinte:

Conclusões

1. No Município do Longonjo, nas oito aldeias estudadas, as 71 famílias entrevistadas têm acesso à água, a partir de fontes desprotegidas (nascente/riacho/rio e gastam em média 1 hora para acarretar água para o seu consumo, pois as fontes ficam distantes das suas residências. A maior parte destas famílias contactadas durante a recolha de dados, considera que a água destas fontes é boa para o consumo humano, têm prática de tratamento da água. Apesar disso os casos de diarreia ainda fazem morada em algumas famílias destas comunidades. Pois do total de famílias entrevistadas, 18, não utilizam nenhuma forma de tratamento da água que consomem, o que explica o surgimento de casos de diarreia ao longo do ano, em algumas comunidades.
2. No que diz respeito ao investimento no sector das águas, foram construídos/ instaladas 29 manivelas em algumas aldeias e aquisição de 10 moto-cisternas para distribuir água às populações. Na sede do município o único sistema de abastecimento está a ser reabilitado.

Entretanto a inoperância de alguns sistemas faz com que falte água em muitas localidades.

3. Em relação a gestão comunitária dos sistemas de água e envolvimento da mulher, nas aldeias estudadas, existem Grupos de Água e Saneamento, que se encarregam de gerir os sistemas de água. As mulheres ocupam 50% dos lugares e têm cargos de chefia, o que significa que a participação das mulheres nas dinâmicas de organização comunitária já se faz sentir.

Entretanto, em termos de divisão de tarefas de trazer água para casa, 69% dos casos continua a ser responsabilidade da mulher.

4. Quanto às evidências do trabalho da ADRA no sector da água nas comunidades do Longonjo, o estudo apurou que no âmbito do projecto já foram construídos e reabilitados 4 furos de água nas aldeias do Ayendja, Canana e Catabola.
5. Relativamente ao município dos Gambos, nas zonas de intervenção da ADRA, o estudo mostra que 84% das famílias entrevistadas têm acesso a água a partir de fontes protegidas (chafariz público), que ficam próximas das zonas de residência, o que faz com que as pessoas levem menos tempo para encontrar água para o consumo humano, mas há o desafio de conseguir água para o abeberamento do gado, o que faz com que se desloquem para zonas distantes onde existem chimpacas ou rios com água para garantir a

sobrevivência do gado que constitui um dos maiores activos da população daquela região agro-pastoril.

A qualidade da água foi referenciada como boa pela maioria dos entrevistados, mas 64% não tem o hábito de tratar a água que consome, permitindo que os casos de diarreia façam morada nas comunidades.

6. Tal como nas outras localidades, nas aldeias estudadas no município dos Gambos, há existência do GAS, que tem a tarefa de fazer a gestão comunitária dos sistemas de água instalados nas suas zonas de residência. As mulheres integram este espaço com uma cota de 50%, ou seja, em paridade com os homens.
7. Quanto ao Município da Humpata, o estudo revela que, das 64 famílias entrevistadas, a maioria depende das nascentes/riacho/rio para ter acesso a água para o seu consumo e para o gado. A qualidade da água é tida como boa na opinião dos entrevistados, mas o facto de a maioria da população não usar nenhuma prática de tratamento de água faz com que os casos de diarreia nas aldeias estudadas, seja frequente e elevado, tendo as crianças como as principais vítimas com 73% contra 27% dos adultos.
8. No que tange a gestão comunitária dos sistemas de água e engajamento da mulher, nas quatro aldeias

estudadas, apenas duas é que têm GAS. As mulheres com 92% assumem a tarefa de colocar água em casa.

9. As evidências do trabalho da ADRA no âmbito do projecto direito a água, é a construção de 2 cisternas calçada nas aldeias do Hongo e Onkuluvala, uma represa na aldeia do Tchipeyo, mas a nascente que alimentar este reservatório está desprotegida e com seu ecossistema e vegetação a volta em degradação.
10. O direito a água no município da Humpata não é ainda efectivo (em termos de abertura de furos de água, dadas as dificuldades das mutações de contexto). Entretanto, foram construídas as duas cisternas calçada previstas no projecto e em curso a construção de 4 represas e valas de irrigação.
11. A existência de pequenos sistemas de água inoperantes em algumas aldeias dos municípios do Longonjo e Humpata contribui para a falta de água nas comunidades.
12. A situação da seca na região sul de Angola é responsável em grande medida pela falta de água nas localidades estudadas.
13. As mulheres têm uma representatividade significativa nas diferentes dinâmicas de organização comunitária

e com uma participação activa em paridade com os homens.

Recomendações

1. De acordo com as conclusões/ dados a que estudo chegou, recomenda-se que as autoridades locais, aumentem os investimentos no sector da água, construindo mais sistemas de água em função de cada contexto para que mais cidadãos tenham acesso a água e lhes seja garantido este direito universalmente consagrado.
2. Promover acções de reflorestamento das zonas de nascentes de água, ou seja a protecção das nascentes de água com vegetação e evitar que elas sequem.
3. Incentivar as populações através de palestras comunitárias, teatro, a prática do tratamento da água que consomem e outras práticas de higiene individual e colectiva, para reduzir o índice de doenças diarreicas decorrentes da não observância do tratamento da água para o consumo.
4. Capacitar os Grupos de Água e Saneamento, para que sejam os cuidadores dos sistemas de água instalados nas suas aldeias e continuadores dos processos de gestão comunitárias dos mesmos.
5. Necessidades de identificação dos sistemas inoperantes nas localidades de intervenção, avaliando os custos de

recuperação e os de investimento para novos sistemas com vista a maximizar os recursos.

6. Aproximar que os sistemas a serem disponibilizados sejam construídos mais próximos das residências para que as pessoas não percorram longas distâncias.
7. Influenciar as autoridades locais na contratação de empresas especializadas para fazer estudos de prospecção do lençol freático e não apenas para fazer furos que em alguns casos não se consegue encontrar água.
8. Prosseguir com as campanhas de sensibilização das comunidades sobre os direitos humanos, para que estas conheçam cada vez mais os seus direitos e deveres e possam exercer a sua cidadania activa e consciente,

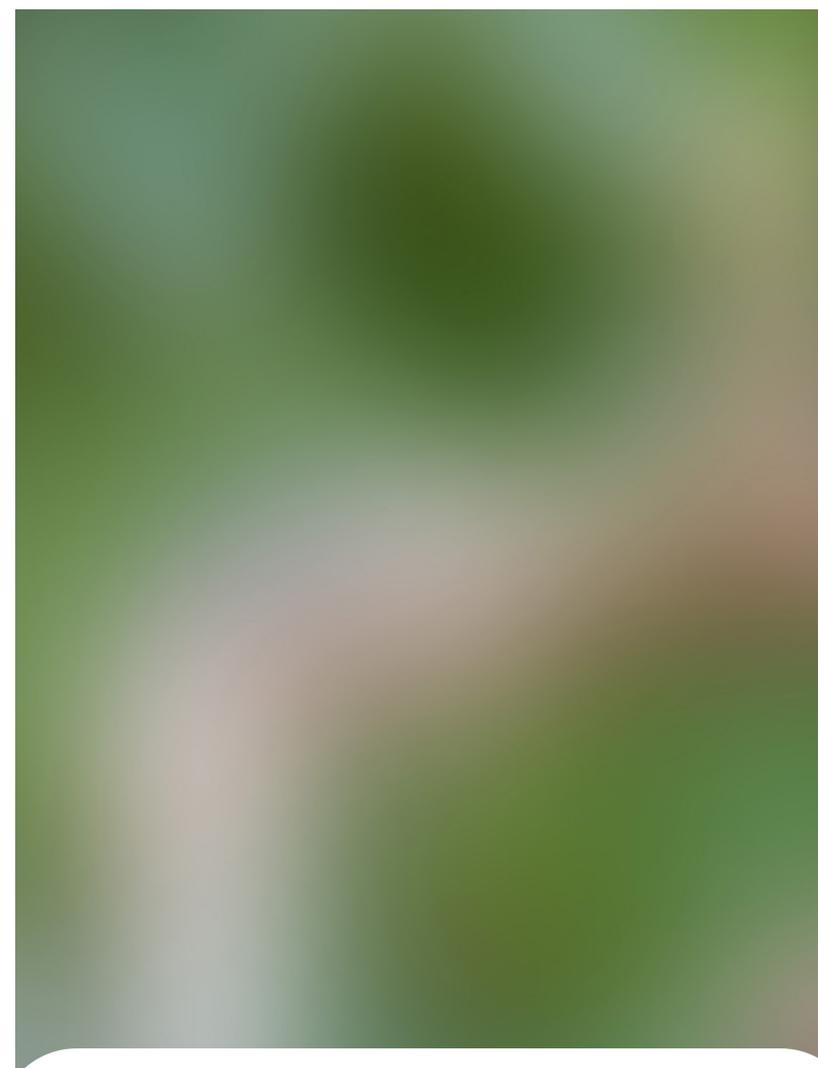
reivindicando junto das estruturas da administração local do estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRA; *Carta do Projecto Direito à Água*, apresentado a Solidariedade Prática, Luanda, 2021.
- ADRA; *Termos de Referência do Estudo Direito e acesso à Água*, julho de 2021.
- **Álvaro Pereira**, « Água em Angola: a insustentável fraqueza do sistema institucional », *Revista Angolana de Sociologia*, 8 | 2011
- Assembleia Nacional de Angola; *Constituição da República*, Luanda, 2010.
- Cartilha analítica do OGE 2018 pela ADRA e o UNICEF.
- FERNANDO, Américo; *Metodologia para a realização do estudo sobre, Direito e acesso à água*, acesso nos

municípios do Longonjo, Gambos e Humpata, Luanda, 2021.

- Governo de Angola, Plano De Desenvolvimento Nacional 2018/2022, Luanda, 2018.
- Lei da Assembleia Nacional nº 6/02, de 21 de Junho
- PEREIRA, Álvaro, 2010: *A Governação da Água em Angola. Riscos e oportunidades. ITECS 35*, Lisboa: LNEC



Financiador



'Mais de 30 anos'
GOVERNO DA ANGOLA
E VULGADO SOCIAL, EM ANGOLA

FORUMCIV.
Power to change



Praktisk Solidaritet
- För en solidarisk och hållbar värld